

Miguel António Dias Santos

**A contra-revolução monárquica – do sidonismo à
Monarquia do Norte**

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea
a apresentar à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coimbra
1998

INDICE

Introdução -	3
Capítulo I – O Equívoco Sidonista	11
1- A Revolução de Dezembro de 1917	11
1.1- A reacção monárquica	11
1.2- O governo	15
2- A construção do Equívoco- Uma República sem Republicanos	20
2.1- O apoio à república nova	20
2.2- O partido nacional republicano	26
2.3- A consumação do equívoco – as eleições	30
3- Para uma Leitura Realista do Sidonismo	38
Capítulo II – Desfazendo um (dois) Equívoco (s)	43
1- Os Neomonárquicos	43
2- A Cisão Monárquica	52
2.1- O apoio ao regime	57
2.2- A oposição ao regime	61
3- Os monárquicos e os católicos durante o sidonismo	67
Capítulo III – A Causa Monárquica	78
1- A Invenção dos Monárquicos	78
2- A Organização da Causa	95
3- A Questão Doutrinária	103
Capítulo IV- A Contra-Revolução em Movimento: o assalto ao poder	113
1- O Agonizar do Sidonismo	113
1.1- O aumento do espírito revolucionário	113
1.2- O fim da guerra	120
1.3- A solução plebiscitária	124
2- A Morte de Sidónio Pais	126
2.1- O militarismo	133
3- O Salto do Lobo	142
Conclusões	147
Anexos	149
Bibliografia	176

INTRODUÇÃO

A história da contra-revolução monárquica durante a I República está por fazer. Efectivamente, a resistência e a oposição monárquica durante a vigência republicana têm sido objecto de tratamento secundário por parte da historiografia, não tendo sido, até hoje, centro de investigação historiográfica.

Tal desvalorização tem empurrado a história da relação dos monárquicos com o regime republicano para uma posição subalternizada, encarada como mero apêndice teórico, servindo, quantas vezes, para aferir determinadas hipóteses explicativas sobre o período republicano. Daqui resultam leituras por vezes distorcidas, como aquela que postula que a instabilidade política vivida durante a primeira República foi obra, acima de tudo, dos monárquicos.

Partindo duma visão ideologicamente comprometida, certos historiadores, ligados, afectivamente, ao regime republicano, abordam a resistência monárquica a partir de ideias pré-definidas lançando-lhe o anátema da desordem e da instabilidade política que caracterizou o regime adversário. Carlos Ferrão, na sua obra *Desfazendo Mentiras e Calúnias*, de 1967, é o exemplo deste discurso capcioso e judicativo de determinadas interpretações. O libelo acusatório fez escola entre pretensos historiadores do regime, como Rui Rego, na sua *História da República*, publicada em 1987. Procurando demonstrar e enaltecer o carácter democrático e progressista do regime inaugurado a 5 de Outubro, tais interpretações lançam a mácula da desordem sobre os inimigos da pátria, entre os quais, e acima de todos, se encontravam os defensores da realeza.

A demonstrar que tal interpretação vingou consultem-se os actuais manuais de História do ensino secundário, onde se coloca sobre os ombros dos monárquicos, entre outros, o terrível ónus de lançarem o regime sobre uma instabilidade permanente que o haveria de levar ao golpe de 28 de Maio e à ditadura militar. Sendo verdade, não deixa de ser uma verdade parcial e amputada. Em História, as explicações raramente são tão lineares.

Entre a historiografia propriamente dita, o assunto permanece subalternizado e tem sempre em vista constituir-se um fio explicativo para a história e evolução do regime republicano. Não deve, porém, olvidar-se que esta desvalorização não sobreveio

em todos os campos da realeza. O Integralismo Lusitano teve direito, entre a historiografia, a inúmeras sínteses interpretativas. Tal facto decorre do movimento integralista apresentar uma coesão e um corpo doutrinário que concitou a admiração dos seus adversários. Por outro lado, o seu ideário, amplamente divulgado, traduzia um modelo político e um projecto bem definido de sociedade e de regeneração nacional, dentro do tradicionalismo que representava. Apresentava uma clara antinomia face aos grupos monárquicos, apenas preocupados em restaurar o trono. Terão sido estas razões, a que deve aduzir-se o facto de o integralismo ser um dos elementos fundamentais da matriz do Estado Novo, que levaram os historiadores a concentrarem-se no seu estudo. Para além de que constituíram o embrião nacional do fascismo europeu através do nacional-sindicalismo¹. Através destes estudos é, contudo, possível obter algumas referências quanto ao resto da família monárquica com a qual nunca se mostraram muito identificados por natural oposição doutrinária.

O que afirmamos para a historiografia em geral é válido para as *Histórias de Portugal*, de que veremos alguns exemplos puramente aleatórios. Aqui, as referências à acção dos correligionários de D. Manuel acompanha a evolução da história do regime republicano, justificando a instabilidade política e a sua evolução para a ditadura militar que nasceu do golpe de 1926. Sem autonomia própria, a história do movimento resume-se a umas quantas páginas adjacentes da história do regime. Tal é a situação da análise da *História de Portugal*, dita de Barcelos, no seu Suplemento I, da autoria de Damião Peres. Essencialmente narrativa e descritiva, limita-se a enumerar os episódios em que se envolvem os monárquicos: incursões da Galiza²; formação do Integralismo Lusitano, que mereceu quatro páginas³; gabinete de Pimenta de Castro, dedicando algumas linhas aos monárquicos, ainda que utilizando o jornal *O Dia* como fonte exclusiva⁴; e, finalmente, algumas linhas sobre a relação dos realistas com a República Nova⁵ e a Monarquia do Norte⁶.

Numa dimensão mais interpretativa, mas sem fugir aos cânones por nós enunciados, é a perspectiva de Rui Ramos na *História de Portugal*, dirigida por José

¹ Publicaram-se, entre outros, Carlos Ferrão, *O Integralismo e a República - A Autópsia de um Mito*, Lisboa, 1964 e 1965; João Medina, *Os Primeiros Fascistas Portugueses*, Separata de Vértice, Coimbra, 1978; João Medina, *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo - A História dum Conflito (1932-1934)*, Lisboa, 1978; António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis - Ideologias, Elites e Movimentos Fascistas (1914-1945)*, Lisboa, 1994; Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, 1986; Paulo Archer Carvalho, *A Nação Portuguesa ou a Doutrinação Integralista*, Coimbra, F. L. U. C., 1992.

² Cf. Damião Peres, *História de Portugal*, Suplemento I, Porto, 1958, p. 117.

³ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 117-120.

⁴ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 79-107.

⁵ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 169-201.

Mattoso e publicada em 1994. Analisando a emergência do movimento monárquico, a que chamou “a invenção dos monárquicos”, o autor preocupou-se, sobretudo, em estudar as incursões da Galiza como um dos factores de afirmação da hegemonia de Afonso Costa e de radicalização da República, para o qual deram um contributo substancial⁷. A contra-revolução monárquica só voltará a constituir tema em pouco mais de uma página, quando se debruçar sobre o começo do fim da República a partir de 1918, através de uma breve referência à Monarquia do Norte. Para o autor, por se tratar de um “equivoco”, o movimento estaria condenado ao fracasso⁸.

Com um escopo diferente, já que perspectiva uma análise onde se confere importância às personagens, afinal os intérpretes da trama histórica, a *História de Portugal*, dirigida por João Medina e editada em 1985, dedica um capítulo aos monárquicos intitulado “Os monárquicos ou a República abominada”⁹. Aí se encontra um breve estudo assente em personalidades monárquicas de destaque, onde D. Manuel e Paiva Couceiro dividem as atenções com os integralistas Hipólito Raposo e Pequito Rebelo, a que se junta D. Duarte Nuno, do ramo legitimista¹⁰. A análise da restauração do Porto, em 1919, é-nos transmitida por uma curta citação das memórias do republicano Sarmento Pimentel, um dos militares que viria a liderar o movimento que restaurou a República no Porto depois de 25 dias de domínio realista¹¹.

Finalmente, registre-se a *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e Oliveira Marques. O carácter estrutural e o peso necessariamente descritivo da obra podem explicar a desvalorização da temática. Sobre a organização dos monárquicos, Oliveira Marques, autor do respectivo volume referente à primeira República, dedica-lhe menos de uma página¹². Quanto à restauração monárquica do Porto, o autor consagra-lhe quatro páginas¹³, sem esconder a repugnância que o movimento lhe infunde.

Tal facto até se compreende face ao atraso com que a historiografia se dedicou à história contemporânea. Só recentemente, este campo da história tem sofrido avanços significativos. A proficiência desse esforço resultou no surgimento de obras que, procurando aprofundar a história da primeira República, não deixam de abordar os

⁶ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 209-216.

⁷ Cf. Rui Ramos, *História de Portugal* (Dir. de José Mattoso), Vol. VI, Lisboa, 1994, pp. 457-460.

⁸ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 619-620.

⁹ Cf. João Medina, *História de Portugal*, Madrid, vol. XI, 1985, pp. 95-125.

¹⁰ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 95-110.

¹¹ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 111-114. O extracto foi retirado de João Sarmento Pimentel, *Memórias do Capitão*, 2ª ed., Porto, 1974, pp. 193-200.

¹² Cf. A. H. Oliveira Marques (Coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI, Lisboa, 1991, pp. 395.

¹³ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 721-724.

grupos monárquicos enquanto personagens históricos com vicissitudes próprias. No fundo, não esqueceram que a contra-revolução monárquica tem a sua própria história.

Hipólito de La Torre Gomez, historiador espanhol, dedicou-se ao estudo das relações entre Portugal e Espanha durante o período que vai de 1910 a 1930, estudo que o obrigou a envolver-se na acção dos partidários da Monarquia, essencial para perspectivar as relações entre os países ibéricos durante este período. Na sua obra *Conspiração contra Portugal (1910-1912)*, editada em 1978, o autor refere-se, de forma abundante, ao início da reacção monárquica logo após o 5 de Outubro, até desaguar nas incursões da Galiza de 1911 e 1912. De qualquer forma, o ponto de vista em causa remete-nos para a análise da Espanha como constituindo um “perigo” para a jovem República, consubstanciada na teia de ligações que uniram os revoltosos da Galiza e o a Monarquia de Afonso XIII¹⁴.

Numa segunda obra dedicada às relações entre os dois países ibéricos, *Do “Perigo Espanhol” à Amizade Peninsular(1919-1930)*, publicada em 1985, o autor procura demonstrar que as relações entre Portugal e Espanha evoluem em sentido de uma aproximação. Exemplo dessa coabitação fraterna é a reacção pouco acalorada e a falta de apoio dado aos revoltosos que no Porto restauraram o trono, contrastando com o auxílio prestado durante as incursões da Galiza¹⁵.

Mais recentemente, outros estudos revelaram o posicionamento dos monárquicos quando se procurava aprofundar o conhecimento, ainda incipiente, da República. Em 1993, Fernando Farelo Lopes publica o seu *Poder Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa*. O mérito desta obra, que estuda o sistema político durante o regime, é demonstrar que a agitação política que caracterizou a República se deveu à adequação do sistema político-eleitoral ao controlo do Partido Democrático. Esta propensão monopartidarista terá concitado a oposição dos grupos políticos, monárquicos e republicanos, que se viram afastados do poder. Assim se explica, em parte, a instabilidade que haveria de conduzir à intervenção militar em 1926. Nessa perspectiva, o autor foi obrigado a dar atenção aos sectores monárquicos enquanto grupos político-sociais de aspiração ao poder político, que legitimamente lhes assistia. Esta obra teve, ainda, o mérito de explicar o posicionamento das hostes realistas face ao

¹⁴ Cf. Hipólito de La Torre Gomez, *Conspiração contra Portugal (1910-12)*, Lisboa, 1978.

¹⁵ Cf. Hipólito de La Torre Gomez, *Do “Perigo Espanhol” à Amizade Peninsular*, Lisboa, 1985. A sua incursão neste domínio levou o autor a publicar, juntamente com Oliveira Marques, um conjunto importante de documentos sobre a reacção republicana às movimentações dos revoltosos da Galiza que provaram os receios que as autoridades manifestaram face ao perigo vindo do país vizinho. Cf. A. H. Oliveira Marques e Hipólito de La Torre Gomes, *Documentos para a contra-revolução durante a primeira República*, Lisboa, 1982.

regime adversário, manifestado através dos adesivismo de uns e da oposição de outros, inseridos num regime que lhes criava dificuldades de participação política e cívica¹⁶.

Igualmente meritório foi o trabalho de Nuno Severino Teixeira, *O Poder e a Guerra - 1914-1918*, vindo a lume em 1996. Reflectindo profundamente sobre as razões que levaram os dirigentes republicanos a lançar o país no imenso braseiro da guerra europeia, o autor dá-nos conta da postura realista sobre o assunto. Analisando a opinião pública monárquica durante as diferentes conjunturas, desde a discussão inicial até ao envio de tropas portuguesas para a Flandres, Nuno Teixeira pôde confirmar a profunda divisão que imperava sob a bandeira azul e branca, que nem as incitações e o patriotismo do seu chefe político conseguiram ilaquear, tal a força do espírito de facção e do fito restauracionista em presença¹⁷.

Finalmente, registem-se os trabalhos que João Medina tem dedicado ao sidonismo, obrigado a referir-se aos monárquicos, mais activos num regime que lhes permite moverem-se com mais acuidade¹⁸.

Em suma, exceptuando algumas obras recentes, a historiografia não tem valorizado o papel dos monárquicos, a não ser a família integralista, quando o seu envolvimento com a história do regime republicano é relevante da importância e da necessidade de se proceder à realização de sínteses interpretativas. Tais sínteses revelam-se fundamentais para estudar todo um período histórico, entendido numa perspectiva globalizante, utilizando uma metodologia de estudo que ultrapasse o diferendo ideológico que sobreviveu até aos nossos dias, entre republicanos e monárquicos, e que se reflectiu em alguma historiografia.

Não é nosso intuito, neste trabalho, proceder ao estudo da contra-revolução monárquica durante toda a primeira República. Fomos, por isso, forçados a eleger um período específico para desenvolver a tese. Inicialmente, o objectivo era estudar a restauração monárquica de 1919. Porém, dificuldades várias, relacionadas com as fontes e a necessidade de tentar construir um trabalho inédito, obrigaram-nos a repensar o objecto de estudo. A restauração monárquica fora um fracasso e, por isso, pareceu-nos

¹⁶ Cf. Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Lisboa, 1994.

¹⁷ Cf. Nuno Severino Teixeira, *O Poder e a Guerra (1914-1918) - Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, 1996.

¹⁸ Cf. Medina, João, "O Homem que Matou Sidónio Pais", in *História*, nº 10, Lisboa, Agosto 1979; Idem, "Sidonismo e Salazarismo", in *História*, nº3, Lisboa, Janeiro 1979; Idem, "O Sidonismo ou a República Fracturada", in *História de Portugal*, Madrid, 1985, pp. 11-91; Idem, *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

aliciante encontrar a explicação para esse facto. Isso obrigar-nos-ia a mergulhar na República sidonista, que criou aos monárquicos as condições para tentar a revolução. Os adeptos do trono tiveram, com o fim do sidonismo, a sua mais clara oportunidade de chegar ao poder e restaurar a realeza. Uma questão se impõe, por isso, à partida: porque falhou a “Monarquia do Norte”?

Para responder a esta e a outras questões tivemos de mergulhar na conjuntura que levou à revolução de 5 de Dezembro e que haveria de conduzir à República dezanovista. A República Nova, governando à direita e procurando nacionalizar a República, tentou a adesão dos monárquicos ao regime. A historiografia tem demonstrado que os realistas apoiaram Sidónio porque viam nele a hipótese de restaurar o trono. Mas falta explicar, com mais pormenor, como viam o sidonismo enquanto projecto de superação da questão do regime. O que esperavam da República Nova? Em que condições se deu o seu apoio ao ditador vindo de Coimbra? Como reagiram à pretensão sidonista de os integrar na República através do Partido Nacional Republicano? É o que tentaremos explicar no primeiro capítulo.

No segundo capítulo assistiremos à emergência, dentro da família monárquica, de uma oposição ao dezanovismo enquanto regime adversário. Esta oposição, feita contra a postura oficial da Causa Monárquica, deixava antever as dissensões internas que abalavam o movimento realista. Mas são, igualmente, o testemunho que demonstra que nem todos os monárquicos apoiaram o regime sidonista. Para um pequeno grupo reaccionário a República era um regime a combater, quaisquer que fossem as circunstâncias e as conjunturas políticas. Por outro lado, combater a República Nova implicava combater a conversão dos católicos ao evangelho republicano, atraídos pelas benesses do presidente.

No terceiro capítulo abordaremos a origem, estruturação e objectivos da Causa Monárquica. Pretende-se fundamentar a ascendência e a natureza das divisões que o movimento evidenciava e a sua influência no fracasso da aventura restauracionista. Até que ponto as divergências de concepção e de estratégia política são fundamentais para perceber o défice organizacional que haveria de fazer ruir a restauração do início de 1919?

Finalmente, no último capítulo procurar-se-á analisar a sua postura face a uma conjuntura conturbada, herdada do assassinato presidencial. Seria esta a conjuntura que mais favorecia a restauração do trono? Como explicar as constantes hesitações dos monárquicos em defender abertamente a restauração da Monarquia se o seu predomínio

no regime sidonista e na instituição militar era assim tão evidente, como pretendem alguns historiadores do sidonismo?

Este é, talvez, um trabalho de micro-história pelo período temporal que abarca, ainda que não tenhamos ficado presos às balizas cronológicas que definem a passagem de Sidónio Pais pela cadeira do poder. E é uma história político-institucional e ideológica, porque trata da luta pelo poder em Portugal no campo das direitas conservadoras.

Uma última palavra para a metodologia de trabalho adoptada. Acima de tudo, privilegiámos as fontes, em particular as fontes monárquicas e sidonistas, sem esquecer o ponto de vista dos adversários do regime que durante o ano de 1918 estiveram arredados do poder. A tese aqui exposta, no que de atractivo possa constituir, reside na utilização da imprensa como fonte primacial. A imprensa é uma fonte imprescindível para qualquer estudo de História contemporânea, porque para além dos relatos do quotidiano reflecte toda a ambiência política e social de cada época.

No que toca aos monárquicos, é mesmo uma das principais fontes de estudo. Efectivamente, foi a imprensa um dos meios privilegiados de combate político em campo monárquico. Inicialmente proibidos de se organizar em partidos, segundo a lógica de defesa das instituições da República, os adeptos do trono viram a sua acção confinada aos jornais. Fora os períodos em que censura foi rigorosa com os excessos, ou que as autoridades se viram obrigadas ao seu encerramento, os jornais são um inestimável contributo para compreender o posicionamento dos monárquicos em cada uma das conjunturas republicanas. No caso em apreço, a seu contributo reside no facto de à volta de cada periódico se formar um determinado grupo de opinião realista e de combate político. Em certa medida, a imprensa monárquica assumia, claramente, determinada estratégia política e ideológica, para além de contemplar, ainda que de forma superficial, considerandos de natureza doutrinária. Os editoriais dos diferentes jornais assumiam determinada linha política e ideológica, não apenas nas relações com o regime que combatiam, mas nas relações entre si. Foi por isso a imprensa monárquica a base da tese que apresentamos, na medida em que nos apercebemos da sua importância para definir, sem equívocos, a evolução e o estado psicológico de um movimento bastante heterogéneo.

Sendo uma arma de combate político, a imprensa era, ao mesmo tempo, uma arma eficaz de arremesso interno nas eternas disputas que caracterizaram o movimento. A cada director foi possível associar uma determinada linha de pensamento, de doutrina

e de conduta política que se manifestava com uma certa coerência. Por isso a elegemos como fonte primacial para o trabalho que nos propomos levar ao cabo. Ainda para mais, quando não abundam as fontes bibliográficas do lado monárquico, onde apenas algumas excepções fogem à regra.

Tentámos, ainda, proceder ao registo biográfico, em nota de rodapé, das inúmeras personagens que foram surgindo e cuja acção descrevemos. Infelizmente, algumas houve que os esforços mais denodados não conseguiram penetrar. Por último, convém registar que actualizámos o português em todas as citações e anexos.

Uma última palavra para alguns agradecimentos, àqueles que contribuíram para que esta empresa chegasse a bom porto. Ao senhor professor Doutor Amadeu Carvalho Homem pela disponibilidade sempre manifestada e pelas sugestões sempre pertinentes. À família, aos amigos e aos colegas e, em particular, à Madalena, pelo auxílio prestado.

Fontes e Bibliografia

Periódicos:

Águia, (1910-1912)

Comércio de Viseu, Viseu, (1917-1919)

Dia(O), Lisboa, (1917-1919)

Diário da Câmara do Senado(1918-1919)

Diário da Câmara dos Deputados(1918-1919)

Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal, Porto, 1919

Diário do Governo

Diário Nacional, Lisboa, (1916-1919)

Ideia Nacional (1915), (1916)

Liberal (O), Lisboa, (1917-1919)

Liberdade, Porto, (1918-1919)

Monarquia(A), Lisboa, (1917-1919)

Ordem do Exército(1918)

Ordem, Lisboa, (1918-1919)

Pátria!, Porto, (1917-1919)

Pela Grei, (1918)

Regionalista(O), Arcos de Valdevez, (1917-1919)

Situação(A), Lisboa, (1918-1919)

Século(O), Lisboa, (Janeiro-Março 1919)

Fontes Impressas:

Valente, Manuel, *A contra-revolução monárquica*, Porto, 1912

Albuquerque, António, *Sidónio na Lenda*, Lisboa, Porto, Coimbra, 1922

Almeida, João de, *A Visão do Crente*, Porto, 1937 (2ª edição)

Brandão, Raul, *Memórias*, Vol. II, Lisboa, 1945 (4º ed.)

Cabral, António, *Em Plena República - As Minhas Memórias Políticas*, Lisboa, 1932

Cabral, António, *Cartas d'El Rei D. Manuel II*, Lisboa, 1933

Cabral, António, *As Minhas Memórias de Jornalista*, Lisboa, 1949

Camacho, Brito, *Portugal na Guerra*, Lisboa, 1935

- Carvalho, Feliciano de, *Um Ano de Ditadura - Discursos e Alocuções*, Lisboa, 1924
- Castro, Gonçalo Pereira Pimenta de, *A Revolta e Monsanto de 1919*, Porto, 1920
- Castro, Joaquim Pereira Pimenta de, *O Ditador e a Afrontosa Ditadura*, Weimar, 1915
- Cavalheiro, Rodrigues, *Um Inédito de António Sardinha sobre a Monarquia do Norte*, Lisboa, 1968
- Cavalheiro, Rodrigues, *D. Manuel II e João Franco - Correspondência Inédita*, Lisboa, 1970
- Chagas, Álvaro Pinheiro, *O Movimento Monárquico*, 2 vol., Porto, 1913
- Chagas, João, *Diário*, Volumes III e IV, Lisboa, 1987
- Cortesão, Jaime, *Memórias da Grande Guerra*, Porto, 1919
- Costa, Cunha e, *A Igreja Católica e Sidónio Pais*, Coimbra, 1921
- Costa, Sousa, *Páginas de Sangue (Buiças, Costas e Comp^a)*, Lisboa, s.d.
- Cruz, Francisco Manso Preto, *Paiva Couceiro - Biografia Política e In Memoriam*, Lisboa, 1946
- Dias, Carlos Malheiro, *Do Desafio à Debandada*, Vol. II, Lisboa, 1912
- Dias, Carlos Malheiro, *O Estado Actual da Causa Monárquica*, Lisboa, 1912
- Duarte, Teófilo, *Sidónio Pais e o seu Consulado*, Lisboa, 1941
- Figueiredo, Fidelino de, *O Pensamento Político do Exército*, Lisboa, 1926
- Lavrado, Marquês do, *Memórias do Sexto Marquês do Lavradio*, Lisboa, 1947
- Leal, Cunha, *As Minhas Memórias*, Lisboa, 1967
- Leitão, Joaquim, *Em Marcha para a 2^a Incursão*, Porto, 1915
- Lima, Campos, *O Reino da Traulitânia*, Porto, 1919
- Machado, Bernardino, *No Exílio*, Vila Nova de Famalicão, 1923
- Magalhães, Luís de, *Perante o Tribunal e a Nação - O Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra, 1925
- Magalhães, Luís de, *A Crise Monárquica. Documentos para a História e Liquidação de Responsabilidades*, Porto, 1934
- Magalhães Colaço, João Telo de, *Da Vida Pública Portuguesa - Conservadores e Radicais*, Lisboa, 1926
- Magro, Abílio, *A Revolução de Couceiro*, Porto, 1912
- Margaride, Alberto, *A Hora da Justiça*, Vila Nova de Famalicão, 1934
- Martins, Rocha, *Memórias sobre Sidónio Pais*, Lisboa, 1921
- Martins, Rocha, *D. Manuel II (Memórias para a História do seu Reinado e da Implantação da República)*, Lisboa, 1931
- Moniz, Egas, *Um Ano de Política*, Lisboa, 1919

- Neto, Roma, *A Morte de Sidónio Pais e a Actual Situação Política*, Lisboa, s.d.
- Oliveira, Maurício de, *O Drama de Canto e Castro*, Lisboa, 1944
- Pabón, Jesus, *La Revolución Portuguesa*, Madrid, 1941
- Paiva Couceiro, Henrique Mitchell de, *A Democracia Nacional*, Coimbra, 1917
- Pereira, Consiglieri Sá, *A Noite Sangrenta*, Lisboa, 1924
- Pessanha, José, *Para a História*, Porto, 1919
- Pimenta, Alfredo, *A Revolução Monárquica*, Porto, 1919
- Pimenta, Alfredo, *A Situação Política*, Lisboa, 1919
- Pimenta, Alfredo, *A República Portuguesa em face da Igreja e a Política do Centro Católico*, Lisboa, 1923
- Pimenta, Alfredo, *O Pensamento Político do Senhor D. Manuel Através das suas Cartas*, Lisboa, 1932
- Pimenta, Alfredo, *Nas Vésperas do Estado Novo*, Porto, 1937
- Pimentel, João Sarmiento de, *Memórias do Capitão*, Porto, 1974
- Rangel, Joaquim, *Um Episódio da Monarquia do Norte*, Porto, 1932
- Raposo, Hipólito, *Folhas do Meu Cadastro*, Vol. I, Lisboa, 1945
- Relvas, José, *Memórias Políticas*, Lisboa, 1977
- Ribeiro de Carvalho, *A Rebelião Monárquica em Trás-os-Montes - Relatório Documentado*, Chaves, 1919
- Silva, Henrique Correia da, *Memórias da Guerra no Mar*, Coimbra, 1931
- Silva, M. Abúndio, *Cartas a um Abade. Alguns Aspectos da Questão Político-Religiosa em Portugal*, Braga, 1913
- Sousa, António Pereira de, *No Julgamento de Couceiro (Discurso de defesa proferido no tribunal do 2º distrito criminal desta cidade em 17 de Junho de 1912)*, Edição do Autor, Porto, s. d.
- Sousa, Eduardo de, *O Dezembrismo e a sua Política na Guerra*, Porto, 1919
- Tamagnini, Raul, *Notas de um Voluntário Civil nas Margens do Vouga*, Porto, 1921
- Visconde de Porto Cruz, *Paixão e Morte de Sidónio Pais*, Funchal, 1928

Bibliografia:

- Amaro, António Rafael, *A Seara Nova nos Anos Vinte e Trinta (Memória, Cultura e Poder)*, Viseu, 1995
- Antunes, José Freire, *A Cadeira de Sidónio ou a Memória do Presidencialismo*, Lisboa, s.d.
- Barreira, Cecília, *Nacionalismo e Modernismo. De Homem Cristo Filho a Almada Negreiros*, Lisboa, 1981
- Brandão, José, *Sidónio - Contribuição para a História do Presidencialismo*, Lisboa, 1983
- Cabral, Manuel Vilaverde, "A Grande Guerra e o Sidonismo", in *Análise Social*, nº 58, Vol.XV, 1979
- Carvalho, Paulo Archer, *A Nação Portuguesa ou a Doutrinação Integralista*, Coimbra, F. L. U. C., 1992
- Catroga, Fernando, "O Laicismo e a Questão Religiosa em Portugal", in *Análise Social*, Vol. XXIV (100), Lisboa, 1988
- Catroga, Fernando, *O Republicanismo em Portugal - Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1992
- Cruz, Manuel Braga da, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1980
- Cruz, Manuel Braga da, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, 1986
- Ferrão, Carlos, *Desfazendo Mentiras e Calúnias*, Lisboa, Editorial o Século, 1967.
- Ferreira, David, *História Política da I República Portuguesa*, Vol. I, Lisboa, 1973
- Ferreira, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996
- Gomes, Fátima Freitas e Verissimo, Nelson, *A Madeira e o Sidonismo*, Funchal, 1983
- Homem, Amadeu Carvalho, *A Propaganda Republicana*, Coimbra, 1990
- Jerónimo Guerreiro, *Monsenhor Aloisi Masella e o Arcebispo de Évora D. Augusto Eduardo Nunes (1918-1920)*, Évora, 1968
- Leal, Ernesto Castro, *António Ferro - Espaço Político e Imaginário Social*, Lisboa, Cosmos, 1994
- Lopes, Fernando Farelo, *Poder Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993
- Marques, A. H. de Oliveira, *A Primeira República Portuguesa - Alguns Aspectos Estruturais*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975

- Marques, A. H. de Oliveira (Dir.), *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991
- Marques, A. H. de Oliveira e Gomez, Hipólito de La Torre, *Documentos para a contra-revolução durante a I República*, Lisboa, 1982
- Marques, A. H. de Oliveira e Louro, Francisco de Carvalho (edição de), *Montalverne Sequeira - Correspondência (1881-1930)*, Ponta Delgada, 1980
- Medina, João, “Os Primeiros Fascistas Portugueses”, Separata de *Vértice*, Coimbra, 1978
- Medina, João, *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo - A História dum Conflito (1932-1934)*, Lisboa, 1978
- Medina, João, “O Homem que Matou Sidónio Pais”, in *História*, nº 10, Lisboa, Agosto 1979
- Medina, João, “Sidonismo e Salazarismo”, in *História*, nº3, Lisboa, Janeiro 1979
- Medina, João, *História de Portugal*, vol. XI, Madrid, 1985
- Medina, João, *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994
- Molnar, Thomas, *A contra-revolução*, Lisboa, 1980
- Neto, Vitor, “A Questão Religiosa na 1ª República - A Posição dos Padres Pensionistas”, separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 9, Coimbra, 1987
- Nisbet, Robert, *O Conservadorismo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987
- Pereira, José Pacheco, *As Lutas Operárias Contra a Carestia de Vida em Portugal*, Porto, 1976
- Peres, Damião, *História de Portugal*, Suplemento I, Barcelos, 1958
- Pessoa, Fernando, *Da República*, Lisboa, Ática, 1978
- Pinto, António Costa, *Os Camisas Azuis - Ideologias, Elites e Movimentos Fascistas (1914-1945)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994
- Pinto, José Faria, “O Imparcial, Um Jornal da Resistência Católica à Primeira República”, in *Studium Generale*, nº 0, Porto, 1979
- Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1992
- Ramos, A. Jesus, “A Igreja e a República”, Separata de *Didaskalia*, Vol. XIII, 1983
- Ramos, Rui, *História de Portugal* (Dir. de José Mattoso), Vol. VI, Lisboa, 1994
- Rego, Raul, *História da República*, vol. IV, Lisboa, 1987
- Rocha, Francisco Canais e Labaredas, Maria Rosalina, *Os Trabalhadores Rurais do Alentejo e o Sidonismo*, Lisboa, 1982

- Solari Alegro, José Luciano, *Para a História da Monarquia do Norte*, Lisboa, Bertrand, 1988
- Teixeira, Nuno Severino, *O Poder e a Guerra (1914-1918)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996
- Telo, António José, *Decadência e Queda da I República*, Lisboa, 1980
- Telo, António José, "A República e o Exército", in *História*, Lisboa, nº 3, Janeiro 1980
- Telo, António José, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português*, Lisboa, 1977
- Torga, Miguel, *Diário*, Vol. XIII, Coimbra, Coimbra Editora, 1978
- Torgal, Luis Reis, *História e Ideologia*, Coimbra, Minerva, 1989
- Torre Gomez, Hipólito de La, *Conspiração Contra Portugal (1910-1912)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1978
- Torre Gomez, Hipólito de La, *Do "Perigo Espanhol" à Amizade Peninsular (1919-1930)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985
- Wheeler, Douglas, *História Política da I República Portuguesa*, Lisboa, 1978
- Valente, Vasco Pulido, "Estudos sobre Sidónio Pais", Separata da Revista *O Tempo e Modo*, nº62-63, Julho-Agosto 1968
- Valente, Vasco Pulido, *A «República Velha» (1910-1917)*, Ensaio, Lisboa, Gradiva, 1997

